

Verificam-se ainda consideráveis variações na incidência de contratos não-tradicionais entre empresas, setores de atividade, ocupações profissionais e grupos demográficos. Desta forma, ao invés de desregular o mercado de trabalho, as políticas públicas deverão focar-se na promoção de um mercado de trabalho mais inclusivo, protegendo os trabalhadores e promovendo uma sociedade que incentive a produtividade e a confiança mútuas.

AS CONFEDERAÇÕES PATRONAIS PORTUGUESAS: UMA PROPOSTA ANALÍTICA DAS SUAS CONFIGURAÇÕES

João Loureiro e Luísa Veloso (CIES-Iscte)

Ainda que se constituam como cúpulas representativas da acção colectiva do patronato português, as confederações patronais nacionais continuam a receber escassa atenção académica. O preenchimento desta lacuna depende, num primeiro plano, de um levantamento empírico que permita sistematizar uma historiografia da organização e acção destes actores. Mas uma análise mais consequente, que tenha um valor explicativo e não se limite ao descritivo, requer, a montante, uma problematização, cujo enquadramento se propõe sujeitar à discussão com esta comunicação. Propõe-se um quadro analítico que interrelaciona três dimensões tidas como constitutivas de um estudo sobre as práticas e discursos das confederações patronais, o qual será aplicado à realidade portuguesa. A primeira dimensão considera as confederações enquanto organizações, privilegiando, entre outros elementos, a forma como estas funcionam, atendendo às suas regras internas, às relações de dependência e de poder entre organização e associados, às lideranças associativas e à origem e destino dos recursos disponíveis. A segunda dimensão olha para estas confederações enquanto ‘parceiros sociais’, em particular no quadro das instituições de concertação social, dimensão que é tributária de estudos de referência sobre o corporatismo e, no passado mais recente, de estudos (sobretudo europeus) sobre pactos sociais e formas de governação tripartida; já na literatura sobre a realidade nacional identifica-se uma ênfase nas opções governativas e sindicais em detrimento das patronais. A terceira dimensão considera as confederações enquanto actores políticos, atendendo às preferências políticas que veiculam no espaço público, aos posicionamentos que estabelecem face a governos e partidos e à relação que terão (ou não) com formas mais inorgânicas de participação política no espaço público de representantes do capital (tais como os “think tanks”). Em cada uma destas dimensões, o caso português apresenta singularidades face a outras experiências europeias. É o nosso argumento de que as razões para tais singularidades poderão ser encontradas no cruzamento destes três eixos de análise.

AS VULNERABILIDADES E O POTENCIAL TRANSFORMADOR DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS: ALGUNS CONTRIBUTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS

Joana Marques (A3S e Cies-IUL)

Luísa Veloso (ISCTE-IUL)

Historicamente, os antagonismos inerentes às sociedades capitalistas têm gerado diferentes respostas coletivas das classes populares e trabalhadoras na tentativa de resolver as suas necessidades numa perspetiva de transformação social. Diferentes teorias e experiências de trabalho associado e cooperativo têm alimentado um debate sobre o seu potencial transformador nas economias e sobre os seus dilemas enquanto alternativa ao trabalho assalariado. Nesta comunicação, pretende-se retomar esse debate a partir do confronto de diferentes referenciais teóricos (Marx 1894, Polanyi 1944, Fraser 2011, entre outros) e das experiências recentes de resposta à precarização do trabalho e a contextos de crise, como o de 2008 e o da atual pandemia. A comunicação enquadra-se no âmbito do projeto de investigação COLLECTITUDE – “Building the collective at times of precarity: precarious labour and its countermovements”. Do ponto de vista empírico, a análise tem por base dois setores de atividade económica que, no contexto português, são paradigmáticos dos atuais processos de precariedade laboral: o setor da construção civil, caracterizado por se basear em trabalho intensivo e por complexas redes de subcontratação; e o setor artístico, marcado pela preponderância do trabalho do projeto, intermitência e pelo (falso) trabalho independente e